

DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v23i1.8646390>

Segurança Alimentar e Quilombolas. Santos & Garavello



SEGURANÇA
alimentar e nutricional

Segurança alimentar em comunidades quilombolas de São Paulo¹

Katia M. Pacheco dos Santos² e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello³

O presente trabalho trata da segurança alimentar de famílias quilombolas residentes na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos do Turvo, no Estado de São Paulo. Apesar das drásticas transformações socioeconômicas e culturais ocorridas na região, essas famílias têm mantido suas práticas agrícolas voltadas à produção de alimentos e de modo a preservar a biodiversidade em área remanescente da Mata Atlântica. Defende-se que a produção para o autoconsumo, onde a qualidade da alimentação é gestada dentro da unidade familiar, torna-se estratégia determinante de segurança alimentar. As práticas agroextrativistas, além de ser uma estratégia de resistência com relação à permanência no território, também se constituem em resistência à homogeneização dos modos de produção propostos pelas instituições governamentais. Continuam sendo elemento essencial para a reprodução das famílias quilombolas do Vale do Ribeira, como fonte de alimentos, fonte eventual de renda e conservação da sociodiversidade. Defende-se a implantação efetiva de uma política para assistência técnica de caráter interdisciplinar, que possa proporcionar o reconhecimento e a valorização dessas atividades, tornando-as mais atrativas aos jovens, e revertendo seu fluxo migratório.

Palavras-chave: segurança alimentar, quilombos, sociodiversidade.

Food security of quilombola families of São Paulo

This paper addresses food security in quilombola families that live in the Sustainable Reserve *Quilombo do Turvo*, in the São Paulo State. , These families have kept their traditional farming practices and food production despite the drastic socioeconomic and cultural changes that occurred in the region, preserving the Atlantic Forest's biodiversity. Their production for own consumption, in which food quality is a proposition of the entire family, becomes a crucial point for the community food security strategy. In addition to being a stay-resistance strategy in the territory, the agro extractivist practices are considered a key role against the homogenization of modes of production proposed by government institutions. These agro extractivist practices are essential to the cultural reproduction of the quilombola families of the Ribeira Valley, which provide food, income, and social diversity conservation. The effective implementation of a public policy for technical assistance should have an interdisciplinary character that can provide recognition and appreciation of the activities, making them more attractive to young residents at *Quilombo do Turvo* and reversing the migration process.

Keywords: food security, quilombola families, social diversity conservation.

¹O artigo é baseado na tese de doutorado da primeira autora, intitulada "Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob a ótica da segurança alimentar", Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – ESALQ/USP, 2015.

²Doutora em Ecologia Aplicada, Profa. Visitante na Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária – FAV, Universidade de Brasília – UNB. Endereço para correspondência: Avenida dos Expedicionários, 915 – Peruibe – SP. CEP 11750-000. Telefone: (11)994707624. E-mail: pachecokatia@unb.br

³ Professora Associada do Departamento de Economia, Sociologia e Administração, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – ESALQ/USP.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No Estado de São Paulo, especificamente na região do Vale do Ribeira, estudos antropológicos, afirmam a existência de comunidades quilombolas com tradição de ocupação nesta região há mais de três séculos. Esses grupos mesmo com as mudanças culturais, e, a interconexão com o sistema capitalista, mantém contato direto com a natureza, ora por questões de alimentação, moradia e ou por ação de renda [1]. As comunidades quilombolas do Vale, nunca viveram isoladas no contexto da produção agrícola regional, pelo contrário, tiveram intensa relação com essa atividade a partir de trocas estabelecidas [2].

No Vale do Ribeira existem mais de 50 comunidades remanescentes de quilombos [3]. Somente com a Constituição de 1988, que essa parcela da sociedade agrícola brasileira teve seu direito a terra e a manutenção de sua diversidade sociocultural legalizada pelo Estado Brasileiro. Mesmo após a legalização desse direito constitucional, esses grupos vivenciaram e vivenciam os impactos negativos sobre seus territórios advindos de empreendimentos econômicos de caráter exploratório dos recursos naturais que ocorrem na região, como por exemplo, atividades extrativistas e agropecuárias desordenadas, a silvicultura, e exploração mineral. Em contraposição às atividades mencionadas, as comunidades quilombolas mantiveram suas práticas agrícolas mais voltadas à produção familiar de autoconsumo, e, algumas poucas culturas voltadas à comercialização. Como exemplo, o cultivo de banana na região do médio Vale do Ribeira, e o feijão e o milho para as comunidades quilombolas da Barra do Turvo, região do alto Vale do Ribeira. A partir da década de 1990, as comunidades quilombolas passam a reivindicar os seus territórios tradicionais, bem como têm início projetos para seu desenvolvimento.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040/2007, em seu Artigo 3º, define que remanescentes de quilombos são compreendidos como:

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) [4] sobre Terra de Quilombo:

“O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo “ressemantizado” para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil [...] consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio [...] No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade”.

As comunidades quilombolas desenvolveram suas próprias estratégias de uso dos recursos ambientais disponíveis nas áreas do território do Vale do Ribeira onde se estabeleceram, mediante observação e experimentação, desenvolveram um extenso e minucioso conhecimento sobre os processos naturais que ordenam o meio ambiente local. Esse conhecimento pode ser profundamente codificado na bagagem tradicional e transmitido e refinado de geração a geração. Suas relações de produção estão baseadas no uso intensivo da mão-de-obra familiar e da tecnologia de baixo impacto [5]. Um importante marcador cultural nesses grupos habitantes de áreas protegidas é o uso da terra expressa pela agricultura de corte e queima ou coivara.

Conforme constado por Santos e Tatto ^[3] em estudo realizado junto a 14 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, os agricultores quilombolas têm como prática de manejo agrícola, abandonar a área onde se estabeleceu a roça tradicional, por aproximadamente cinco anos de *poquisio*⁴ e retornar para fazer novamente uso após a vegetação florestal ter se restabelecido, assim como a fertilidade do solo.

As comunidades quilombolas desenvolveram suas próprias estratégias de uso dos recursos ambientais disponíveis nas áreas do território do Vale do Ribeira onde se estabeleceram. Mediante observação e experimentação, desenvolveram um extenso e minucioso conhecimento sobre os processos naturais que ordenam o meio ambiente local. Esse conhecimento pode ser profundamente codificado na bagagem tradicional e transmitido e refinado de geração a geração. Suas relações de produção estão baseadas no uso intensivo da mão-de-obra familiar e da tecnologia de baixo impacto ^[6]. Na maioria das terras quilombolas do Vale do Ribeira observa-se mais de 80% com cobertura florestal, uma vez que as suas práticas de uso da terra são basicamente voltadas à manutenção alimentar e alguns cultivos voltados à comercialização ^[3].

A produção agrícola para o autoconsumo familiar configura-se como uma estratégia que confere às unidades familiares maior controle sobre o processo produtivo e, por conseguinte, sobre a sua reprodução social ^[7]. Pesquisas sobre este tema apontaram que esta prática contribui para a manutenção da segurança alimentar, bem como para a redução da pobreza rural, e tem interfaces com a sociabilidade e a identidade dos agricultores ^[8-12].

Analisar a questão alimentar, de acordo com a visão de Mintz ^[13], no âmbito de comunidades rurais no mundo moderno se tornou mais complexo graças à crescente interconexão econômica que é mantida entre o campo e cidade. Brandão ^[14], ao analisar trabalhos sobre hábitos alimentares em comunidades rurais tradicionais, identificou que estes são analisados a partir do espaço (um determinado “território”) e da cultura, ao passo que aqueles realizados em áreas de assentamentos de reforma agrária são elaborados a partir de uma perspectiva o tempo e da história. O autor afirma ser difícil encontrar um ponto de equilíbrio entre essas duas dimensões, mas que essas devem ser tratadas

interconectadas, pois tanto a natureza quanto as sociedades humanas não existem nunca em separado.

Esta reflexão é fruto da investigação sobre os hábitos alimentares e suas práticas de produção alimentar junto às famílias quilombolas residentes na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos da Barra do Turvo.

AGROECOSSISTEMAS EM TERRAS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA

As comunidades quilombolas dessa porção do Estado de São Paulo, ao longo de pelo menos quatro décadas, sofreram drásticas mudanças socioeconômicas e culturais. Entretanto, os agricultores quilombolas têm mantido suas práticas agrícolas voltadas à produção de alimentos, dada a própria condição geográfica das terras quilombolas do Vale do Ribeira, cujo relevo é bastante acidentado comparado às áreas de planície do Estado de São Paulo, contribui para a inibição de atividades agrícolas que envolvem o uso de grandes áreas e a expansão das monoculturas de interesse do mercado de *commodities*. Ainda há a considerar que o “modo de vida” das comunidades quilombolas ainda se baseia no compartilhamento da terra (espaço físico) de forma comunal, mesmo havendo áreas de uso particular de cada família como o espaço da casa, do quintal, da roça onde a família desenvolve suas atividades agrícolas e suas práticas cotidianas.

A agrobiodiversidade presente nas terras quilombolas no Vale do Ribeira é resultado das formas de apropriação dos recursos naturais, exercidas pelos sábios agricultores camponeses, bem como de suas práticas agrícolas em área sob a floresta atlântica. Tal apropriação até o presente tem se mostrado compatível com o legado da região que detém o restante do bioma de mata atlântica do Estado de São Paulo.

Observa-se que essa realidade está em oposição ao que ocorre na contemporaneidade, em que a racionalidade empresarial domina todo o cenário na cidade, no campo e nas relações sociais, como já enunciado por Brandão ^[14]. Tal racionalidade, centrada no lucro, tem provocado rápida diminuição do que resta ainda de visões e vivências tradicionais de tempo-espaço rural, e dos hábitos de vida em que se ancoram ainda algumas comunidades rurais. E também, a perda

⁴ Forma de manejo da mata e solo que possibilita o descanso da área após ter sido cultivada. Sua origem vem do sistema agrícola indígena, com certa adaptação dos colonizadores portugueses, que conhecemos com agricultura itinerante.

de diversidade de plantas cultivadas, como um fenômeno global, com prejuízos também para a segurança alimentar das comunidades rurais.

Em 2008 o governo do Estado de São Paulo decretou a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Quilombos de Barra do Turvo. Essa Unidade de Conservação abrange quatro comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares e pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) como terras quilombolas, sendo estas: o Quilombo Cedro, o Quilombo Terra Seca, o Quilombo Ribeirão Grande e o Quilombo Pedra Preta-Paraíso. A área geográfica da RDS é de 5.826,46 hectares, localizada a 320 km de distância da cidade de São Paulo e a 150 km de Curitiba, localizada no município de Barra do Turvo do Estado.

Santos ^[15] estimou que haviam aproximadamente 136 famílias quilombolas residentes no território da RDS. Essas famílias pertencem a uma rede comum e extensiva de relações entrelaçadas de parentesco. A maior parte das casas está situada ao longo das margens do Rio Turvo e Ribeirão Grande. São casas em grande parte de madeira e algumas de alvenaria. A água que abastece as casas é captada de minas d'água e transportada através de canos até as casas. Não há tratamento de água e esgoto, e muitas casas não tem energia elétrica.

Há a destacar que no caso das comunidades quilombolas, localizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, as estratégias acumuladas para manejar as terras em meio à Mata Atlântica, bem como domesticar certas plantas cultivadas é sem dúvida um patrimônio agroalimentar observado ainda nos dias de hoje. Tais grupos desenvolveram por meio próprios um sistema agrícola capaz de ofertar alimentos ao longo de um calendário agrícola específico. Santos e Tatto ^[3] constataram em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira que a prática de manejo agrícola não está dissociada do uso dos recursos naturais ofertados pela floresta. Em outras palavras, a produção de alimentos em meio à floresta. Importante ainda destacar, que a atividade agrícola baseada no corte e queima ou roça de coivara (roça tradicional) é uma prerrogativa das comunidades quilombolas no Vale do Ribeira. A organização da produção agrícola leva em conta os ciclos próprios da natureza, a partir do qual se constroem as técnicas mais adequadas e os processos de trabalho. Em suas práticas produtivas, as comunidades quilombolas do Vale expressam sua leitura do ambiente, desenvolvida num movimento de

relações empíricas e cotidianas com o meio, na construção de seu modo de vida. Estas são também entendidas como estratégicas para o manejo agrícola em meio a terras de florestas e apresentam forte vinculação entre o que se cultiva e o que se come. A roça de coivara é resultado o saber-fazer (o modo de manejo dos recursos naturais) associado ao modo de manutenção das relações sociais no trabalho no âmbito familiar. Este aspecto aponta que o enfoque dado pela multifuncionalidade contribui para ressaltar as várias funções da agricultura, e, dentre elas, a manutenção do tecido social e cultural das famílias rurais ^[16].

As principais características dessas pequenas áreas no espaço geográfico que cada família considera ser seu "sítio" e não ultrapassam o tamanho médio de 1,5 hectares em meio à vegetação florestal do território denominado Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Após a seleção da área, a família inicia a derrubada da cobertura vegetal, deixando um aceiro de pelo menos 3 metros ao redor de toda a área, e, somente depois utiliza-se o fogo, o que evita o risco de incêndio em outra área que não seja a que está sendo preparada para ser cultivada.

O uso de pequenas porções de terra para a agricultura e seu abandono possibilitando o descanso da área para recomposição da vegetação florestal apresenta dinâmica parecida com a floresta, por propiciar o surgimento de novas plantas em locais de clareiras, onde são formadas por algum advento natural e humano. No caso das roças estabelecidas nas unidades de conservação de uso sustentável é um benefício direto do homem para a manutenção da variabilidade das espécies florestais, uma vez que novas gerações irão novamente se estabelecer nas áreas onde foram retirados os produtos cultivados (agricultura itinerante), proporcionando o retorno da cobertura florestal.

De acordo com Adams ^[17] vários autores levantam a possibilidade de que a interferência humana no processo sucessional nas florestas tropicais acabou funcionando como fonte de variabilidade para as espécies. Posey ^[18] observou que o abandono das áreas (roças) não ocorre de fato, pois certos cultivares introduzidos continuam por mais tempo a fornecer frutos, como é o caso do cará (*Discorea* sp.), a banana (*Musa* sp.) entre outras.

De acordo com Altieri ^[19] em todo o mundo aproximadamente sessenta por cento das terras cultivadas são manejadas por métodos tradicionais e de

subsistência. O mesmo autor afirma que neste tipo de agricultura, o fogo desempenha um papel fundamental. Apesar de haver muitas variantes, a maioria segue uma mesma estrutura, ou seja, um esquema alternado de tempo de uso da área com vegetação florestal que é selecionada para o cultivo; posterior derrubada da vegetação e sua queima; em média dois anos, esta área é mantida em atividade de produção, chegando à etapa de *pousio*.

De acordo com Empeaire ^[20] a prática da agricultura de corte e queima realizada em condições de baixa pressão demográfica constitui-se num sistema altamente viável, que permite conciliar objetivos de produção e de conservação da biodiversidade, tanto agrícola quanto florestal.

Ainda que com o marco legal de reconhecimento das comunidades tradicionais como importantes no processo de conservação da natureza, proporcionado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), tal instrumento, ao criar as unidades de conservação de uso sustentável, não chegou a estabelecer uma categoria de unidade de conservação (UC) especialmente voltada à proteção da agrobiodiversidade, e conseqüentemente, de promoção à segurança alimentar e nutricional das populações que nestas residem. Todavia o Brasil, sendo signatário desde 2002 do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma no ano de 2001, se compromete a promover a conservação da agrobiodiversidade também em unidades de conservação.

Santilli ^[21] considera que uma das inovações do SNUC foi o reconhecimento da interface entre a diversidade biológica e cultural. Deste modo, não só a conservação da biodiversidade é matéria do SNUC, como também a conservação da sociodiversidade dos grupos que coexistem nas áreas protegidas. Em suma, o objetivo da criação de unidades de conservação de uso sustentável é possibilitar a permanência harmônica da população tradicional e a floresta, de modo a possibilitar a sinergia entre a conservação da natureza e seus atributos, a proteção dos ambientes e a qualidade de vida de seus habitantes.

No que diz respeito à segurança alimentar desde a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena, 1993, o direito à alimentação é equiparado aos demais direitos do homem estabelecidos na Carta dos Direitos Humanos de 1948.

No ano de 2002 o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) definiu o conceito de Segurança Alimentar como: “a realização do direito de todos a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares promotoras de saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, devendo realizar-se em bases sustentáveis” ^[22].

Algumas políticas emergenciais voltadas a segurança alimentar foram formuladas no ano de 2003 pelo governo federal, em destaque o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este visa implementar ações no âmbito das políticas agrícolas e de segurança alimentar para o combate à fome por meio da Lei nº 10.696/03. Deste modo, o PAA tem possibilitado a aquisição direta de produtos locais da agricultura familiar, incluindo agricultores quilombolas.

A garantia da segurança alimentar é condição *sinequa non* do Direito Humano à Alimentação Adequada. Assim, a proposta contida na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346/2006 constitui mais um dispositivo legal que pode contribuir na formulação e implementação de políticas, planos e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. Tal lei, que vem assegurar a indivisibilidade dos direitos humanos, institui a segurança alimentar como foco prioritário de políticas públicas e programa do governo, além de instituir as definições, princípios e objetivos para a composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o SISAN.

A alimentação foi incluída no Artigo 6º Direitos Sociais dos Cidadãos da Constituição Federal Brasileira, com a seguinte definição: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Texto desta após Emenda Constitucional nº 63 de 2010).

No ano de 2010, a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional foi regulamentada, instituindo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Em concordância com as diretrizes da PNSAN, a segurança alimentar e nutricional abrange, dentre outros aspectos: a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em

especial da agricultura tradicional e familiar; a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; o estímulo de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população, e a produção de conhecimento e o acesso à informação.

Quando se trata da segurança alimentar de povos e comunidades tradicionais é preciso considerar como uma estratégia determinante para tal, a função que exerce quanto produção para o autoconsumo, onde a qualidade da alimentação pode ser gestada e gerenciada dentro da unidade familiar, em contraposição à subordinação imposta pela produção de alimentos em quantidade sem qualquer preocupação quanto à qualidade e à origem das sementes.

Entendendo as terras quilombolas no Vale do Ribeira como mosaico agroambiental, no qual os grupos se dispõem a fazer alguns pactos benéficos em prol da conservação dos recursos ambientais, de modo a garantir seu usufruto, o tema da segurança alimentar vem ganhado maior atenção.

A SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS DA RDS QUILOMBOS

Santos ^[15] observou que parte da fonte alimentar das comunidades aqui tratadas ainda é proveniente de suas roças tradicionais – milho, mandioca, feijão, cana e banana. E que essas roças ocupam pequenas áreas no espaço geográfico que cada família considera ser seu “sítio” e possibilitam uma diversidade de produtos em termos de variedade e qualidade alimentar. No entanto, essa prática depende quase que exclusivamente do trabalho empenhado pelos chefes de família, o pai e a mãe, uma vez que as gerações jovens, os filhos e netos, têm pouco interesse nesta atividade, limitando assim a capacidade de mão-de-obra do grupo familiar para o exercício das atividades essencialmente agrícolas.

A autora ^[15] ressalta que nas comunidades em que pesquisou, observou que o aprendizado por meio da prática, a transmissão dos conhecimentos necessários a esse tipo de atividade pode estar em colapso, uma vez que foi constatado que aqueles que têm envolvimento direto com a agricultura são os adultos acima de 40 anos.

Nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira o sistema agrícola para produção de autoconsumo está assentado no uso itinerante das áreas de floresta. Nessas áreas são cultivadas variedades agrícolas que se constituem em um mosaico de agrobiodiversidade, onde a dinâmica é a da interação intra e entre espécies numa mesma área. Afirma ainda que a distribuição e o consumo de alimentos entre tais famílias quilombolas é uma expressão de uma variedade das relações sociais: as de proximidade ou distância social, fraternidade e status religioso-ritual, sua ordenação e relação política, laços dentro e entre as famílias ^[15].

Os sistemas alimentares das comunidades quilombolas do Vale apresentam peculiaridades e são construídos sobre um amplo conhecimento do meio ambiente, do manejo agroflorestal, da conservação de sementes crioulas (como milho, arroz, cará, banana) e da preparação de certos tipos de alimentos, como é o caso do bolo de arroz, do arroz pilado e da banha de porco, os quais não fazem parte da dieta do dia-a-dia, e sim são preparados somente em ocasiões especiais, como quando recebem pessoas de fora da comunidade, ou quando há festas religiosas. Entende-se que estes alimentos têm maior valor cultural do que propriamente alimentar, fruto da socialização alimentar no âmbito familiar com importante dimensão na incorporação de disposições, crenças e sentimentos nos indivíduos.

Os costumes alimentares da infância são revisitados quando o moço ou a moça estabelecem nova família. Aí então há uma fusão de hábitos alimentares, que dependendo da origem de cada indivíduo, em nada se altera, ou se são indivíduos que não pertencem à mesma “árvore genealógica”, a cultura alimentar reproduzida no núcleo familiar será outra, portanto recriada, reproduzida ou mesmo esquecida, a depender da relação emocional e das condições econômicas que os indivíduos viveram antes da união ^[10].

As relações sociais de produção exercidas entre os grupos quilombolas, como no caso das roças, ainda podem ser consideradas impactantes ambientalmente se comparadas com as essencialmente capitalistas, os plantios de pinus e bananicultura, já bastante expressiva em meio as áreas de mata atlântica no Vale do Ribeira. Ainda hoje, observa-se que a atividade da roça está baseada num conjunto de saberes, práticas e relações sociais, e, profundo conhecimento sobre os recursos

naturais locais, seus limites e potencialidades. A manutenção das práticas agroalimentares é um importante aspecto das relações sociais observadas nas comunidades quilombolas, tanto em uma mesma família, como entre famílias, sendo a cooperação um elemento em destaque.

Se de certa forma, os alimentos representam a ligação mais primitiva entre natureza e cultura, fazendo parte da raiz que liga um povo, uma comunidade ou um grupo à sua terra e à “alma” de sua história, há que reconhecer um vínculo significativo entre os saberes, as práticas de produção e consumo de alimentos e as relações sociais nas comunidades quilombolas. Santos ^[15] evidenciou que as famílias quilombolas do Vale do Ribeira apresentam uma produção agroalimentar não significativa quanto a sua escala, porém bastante importante na manutenção de uma dieta alimentar diversificada, contribuindo para a manutenção da segurança alimentar das unidades familiares.

Contudo, com relação às escolhas alimentares, há a considerar uma estreita relação entre o que uma família pode adquirir como alimento, o que gostaria de comer e o que acha benéfico à saúde ^[23]. Assim, outros fatores podem estar em jogo e devem ser considerados, como por exemplo, a ideologia do mundo ocidental e o processo de globalização e que têm sido fontes de grandes transformações nos hábitos alimentares também no meio rural. Consequências dessas escolhas são analisadas por Pollan ^[24] para quem o óbvio que ninguém quer ver é que o padrão da alimentação ocidental, ou a dieta do supermercado, tem vínculo direto com as patologias ocidentais, como as cardiovasculares, câncer, hipertensão, diabetes, AVCs, além da obesidade.

Santos ^[15] aponta que, do ponto de vista da relação doença-alimentos, já começam a ser observadas junto às famílias quilombolas do Vale do Ribeira, doenças associadas à alteração dos hábitos alimentares: pressão alta, colesterol, diabetes e azia – “queimação no estômago”, embora não muito preocupantes, por apresentarem consumo de alimentos industrializados relativamente baixo.

Há a referir que vários estudos científicos como o de Cambuy ^[25] relatam mudanças no sistema alimentar em comunidades culturalmente diferenciadas do modo de vida ocidentalizado, com insuficiência da produção local para autoconsumo, redução de itens cultivados, predominância de produtos adquiridos em

supermercados, mesmo para os itens básicos, como arroz e feijão, baixo consumo de frutas e verduras, além do alto consumo de itens processados e açúcares. Considerando o sistema agroalimentar nas comunidades quilombolas do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga. Santos ^[15] ainda observou que as práticas de uso da terra, analisadas pelo prisma da segurança alimentar, apresentaram diferenças e similaridades entre agricultores quilombolas e agricultores campesinos não quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da manutenção da segurança alimentar nas terras quilombolas do Vale do Ribeira é resultante das práticas agroextrativistas, um dos pilares da apropriação da terra por esses grupos. Além de ser uma estratégia de resistência e um marcador contrário ao que é advogado pelas conservadoras instituições governamentais. A manutenção da agricultura quilombola em meio à Mata Atlântica também se reporta ao posicionamento de resistência à homogeneização dos modos de produção que essas instituições insistentemente querem impor a esses grupos.

Concomitantemente, há de se considerar que a prática agrícola das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira é um instrumento de somatória à segurança alimentar.

Portanto, a viabilização das atividades de produção agroalimentar continua sendo elemento essencial para a reprodução das famílias quilombolas do Vale do Ribeira, por seu caráter principal, ofertar alimentos, e em certos casos, uma fonte direta de renda monetária ao agricultor, e ainda conservação da sociodiversidade. Por isso, defende-se a implantação efetiva de uma política para assistência técnica de caráter interdisciplinar, que possa proporcionar o reconhecimento e a valorização dessas atividades. Entretanto, não há ou são incipientes as ações públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos grupos de tradição agrícola nesta região do estado de São Paulo e para o fortalecimento da atividade, tornando-a mais atrativa aos jovens, e revertendo seu fluxo migratório.

A argumentação que apresentamos aqui objetiva reafirmar que mesmo diante da expansão capitalista no campo, a questão da produção alimentar para autoconsumo das famílias quilombolas e a questão

ambiental, não podem ser entendidas como disputas em torno de bens naturais, mas sim como um plano possível de compatibilizar uma qualidade alimentar desses grupos, do mesmo modo que a luta pela terra e pela regularização fundiária das terras quilombolas, são os pilares fundamentais para uma oposição à insegurança alimentar no meio rural.

REFERÊNCIAS

- [1] Stucchi D. *Laudo Antropológico: comunidades negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões*. São Paulo: Ministério Público Federal; 1998.
- [2] Instituto de Terras do Estado de São Paulo. *Relatório Técnico Científico sobre a comunidade de quilombo do Sapatu, no município de Eldorado, no Vale do Ribeira – SP*. São Paulo; 2000.
- [3] Santos KMP, Tatto N. *Agenda Socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira*. São Paulo: Instituto Socioambiental; 2008.
- [4] Associação Brasileira de Antropologia – ABA. *Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais*. Rio de Janeiro; 1994.
- [5] Colchester M. *Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas*. In: Diegues AC. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC; 2000. p.101-123.
- [6] Diegues AC. *O mito moderno da natureza intocada*. 3.ed. São Paulo: HUCITEC; 2001.
- [7] Thrupp LA. *Cultivating biodiversity: agrobiodiversity for food security*. Washington DC: World Resources Institute; 1998.
- [8] Menasche R. *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: UFRGS; 2007.
- [9] Leite SP. *Autoconsumo y sustentabilidad em la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña*. In: Belik W. *Políticas de seguridad alimentar y nutrición em América Latina*. São Paulo: Hucitec; 2004. p.123-28.
- [10] Ramos MO. *A comida da roça ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de Maquiné (RS) [dissertação]*. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2007.
- [11] Gazolla M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai [dissertação]*. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2004.
- [12] Santos IP, Ferrante VLSB. *Da terra nua ao prato cheio: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo*. Araraquara: Fundação ITESP; 2003.
- [13] Mintz SW. *Comida e antropologia: uma breve revisão*. *Rev. Brasil. Ci. Soc.* 2001;16(47):31-41.
- [14] Brandão CR. *Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil*. *RURIS*. 2007;1(1):37-64.
- [15] Santos KMP. *Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob a ótica da segurança alimentar [tese]*. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo; 2015.
- [16] Carneiro MJ, Maluf RS. *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD; 2004.
- [17] Adams C. *As florestas virgens manejadas*. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. 1994;10(1):03-20.
- [18] Posey DA. *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)*. In: Ribeiro D. *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes; 1987. p.173-185.
- [19] Altieri MA. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: FASE; 1989.
- [20] Emperaire L. *O manejo do espaço agrícola*. In: Instituto Socioambiental. *Almanaque Brasil Socioambiental: uma nova perspectiva para entender o país e melhorar nossa qualidade de vida*. São Paulo: ISA; 2008. p. 421.
- [21] Santilli JA. *Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas*. In: Ricardo F. *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental; 2004.
- [22] Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. *Carta da Cidade de São Paulo*. São Paulo; 2003.
- [23] Certeau M, Giard L, Mayol P. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes; 1996.

[24] Pollan E. Em defesa da comida: um manifesto. Rio de Janeiro: Intrínseca; 2008.

[25] Cambuy AOS. Perfil alimentar da comunidade quilombola João Surá: um estudo etnográfico. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2006. Trabalho de Conclusão de Curso.